



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2022, a Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

### 1. A NEOENERGIA LAGOA DOS PATOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. 1.1. **Estrutura Societária:** Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, compostas pelo terceiro circuito da Linha de Transmissão Povo Novo - Guaíba 3, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 245,7 km, com origem na Subestação Povo Novo e término na Subestação Guaíba 3; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Capivari do Sul - Siderópolis 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 251,5 km, com origem na Subestação Capivari do Sul e término na Subestação Siderópolis 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Livramento 3 - Santa Maria 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 244,5 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Santa Maria 3; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Siderópolis 2 - Forquilha, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 27,6 km, com origem na Subestação Siderópolis 2 e término na Subestação Forquilha; pelo Compensador Sincrono na SE Marmeleiro, em 525 kV, -90/+150 Mvar; pelo Compensador Sincrono na SE Livramento 3, em 230 kV, -90/+150 Mvar. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2024. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$120.925 (data de referência: julho de 2018), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado de 22/03/2019.

### 3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

#### 3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 525 kV Capivari do Sul - Siderópolis 2	1	525kV	251,5	22/03/2024	22/03/2049
LT 525 kV Povo Novo - Guaíba 3	1	525kV	245,7	01/02/2023	22/03/2049
LT 230 kV Livramento 3 - Santa Maria 3	1	230kV	244,5	01/08/2023	22/03/2049
LT 230 kV Siderópolis 2 - Forquilha	1	230kV	27,6	01/12/2023	22/03/2049

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas		2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>	3		398.635	379.620
<b>Custos dos serviços</b>			(335.691)	(226.571)
Custos de construção	4		(331.870)	(224.949)
Custos dos serviços	5		(3.821)	(1.622)
<b>Lucro bruto</b>			62.944	153.049
Despesas gerais e administrativas	5		(2.122)	(2.164)
<b>Lucro operacional</b>			60.822	150.885
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	6		13.191	2.391
Despesas financeiras	6		(49.958)	(15.900)
Outros resultados financeiros, líquidos	6		(34.186)	(275)
			(70.953)	(13.874)
<b>(Prejuízo) Lucro antes dos tributos</b>			(10.131)	137.011
<b>Tributos sobre o lucro</b>			3.443	(46.584)
Diferido	7.1.1		3.443	(46.584)
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>			(6.688)	90.427
<b>(Prejuízo) Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$:</b>	14.2		(0,02)	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>	(6.688)	90.427
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(127)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	43	-
<b>Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	(84)	-
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos</b>	(84)	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	(6.772)	90.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	223.564	8.118	154.248	-	-	385.930
Capital integralizado	334.696	-	-	-	-	334.696
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(6.688)	(6.688)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(84)	-	(84)
<b>Destinação do lucro (nota 14.3):</b>						
Reserva de lucros a realizar	-	-	(6.688)	-	6.688	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	558.260	8.118	147.560	(84)	-	713.854
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	208.638	3.597	68.342	-	-	280.577
Capital integralizado	14.926	-	-	-	-	14.926
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	90.427	90.427
<b>Destinação do lucro (nota 14.3):</b>						
Reserva legal	-	4.521	-	-	(4.521)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	85.906	-	(85.906)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	223.564	8.118	154.248	-	-	385.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade de anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, compostas pelo terceiro circuito da Linha de Transmissão Povo Novo - Guaíba 3, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 245,7 km, com origem na Subestação Povo Novo e término na Subestação Guaíba 3; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Capivari do Sul - Siderópolis 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 251,5 km, com origem na Subestação Capivari do Sul e término na Subestação Siderópolis 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Livramento 3 - Santa Maria 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 244,5 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Santa Maria 3; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Siderópolis 2 - Forquilha, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 27,6 km, com origem na Subestação Siderópolis 2 e término na Subestação Forquilha; pelo Compensador Sincrono na SE Marmeleiro, em 525 kV, -90/+150 Mvar; pelo Compensador Sincrono na SE Livramento 3, em 230 kV, -90/+150 Mvar. A Companhia apresentou capital circulante negativo nos exercícios de 2022 e 2021, pelo fato de estar em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2024. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$120.925 (data de referência: julho de 2018), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado de 22/03/2019. 1.1. **Gestão de risco financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.1.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida

### 3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas				
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE 525 kV Marmeleiro Sincrono	-	525kV	01/01/2023	22/03/2049
SE 230 kV Livramento 3 Sincrono	-	230kV	01/02/2023	22/03/2049

### 4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras						
Linha de Transmissão	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Pro- porcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 525 kV Capivari do Sul - Siderópolis 2		43.654	43.654			IPCA
LT 525 kV Povo Novo - Guaíba 3		41.477	41.477			IPCA
LT 230 kV Livramento 3 - Santa Maria 3	100%	18.985	18.985	2024	Junho	IPCA
LT 230 kV Siderópolis 2 - Forquilha		3.386	3.386			IPCA
SE 525 kV Marmeleiro Sincrono		7.256	7.256			IPCA
SE 230 kV Livramento 3 Sincrono		6.167	6.167			IPCA

\* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada.

### 5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP - receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia, é de R\$120.925.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2021	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021 (R\$ Mil)	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2022 (R\$ Mil)
LT 525 kV Povo Novo - Guaíba 3				
LT 230 kV Livramento 3 - Santa Maria 3	49%	224.949	61%	331.870
LT 230 kV Siderópolis 2 - Forquilha				
SE 525 kV Marmeleiro Sincrono				
SE 230 kV Livramento 3 Sincrono				

\* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>	(6.688)	90.427
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	98	7
Tributos sobre o lucro	(3.443)	(46.584)
Resultado financeiro, líquido	70.953	13.874
<b>Alterações no capital de giro:</b>		
Adiantamento a fornecedores	(10.254)	(38.652)
Estoques	-	(26.437)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(437.090)	(414.571)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(33.083)	(19.729)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	808	933
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	47.501	42.512
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(2.769)	(7.905)
Outros ativos e passivos, líquidos	(16.917)	(3.629)
<b>Caixa líquidos proveniente das operações</b>	(390.884)	(316.586)
Encargos de dívidas pagas	(23.768)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	13.185	2.399
<b>Caixa consumido nas atividades operacionais</b>	(401.467)	(314.187)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(778)	(1.774)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	(778)	(1.774)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	780.000	155.000
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(275.000)	-
Mútuos recebidos (aplicados)	(174.612)	164.977
<b>Caixa gerado nas atividades de financiamentos</b>	665.084	334.903
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	262.839	18.942
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.817	10.875
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	292.656	29.817
<b>Transações que não envolveram caixa:</b>		
Adições e reversões, líquidos e atualizações de provisões capitalizadas	3.048	3.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

#### 6.1. Resultado Econômico Financeiro:

	Variação			
DRE (R\$ mil)	2022	2021	R\$	%
(+) Receita líquida	398.635	379.620	19.015	5%
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>398.635</b>	<b>379.620</b>	<b>19.015</b>	<b>5%</b>
(+) Custos de construção	(331.870)	(224.949)	(106.921)	48%
(+) Custos dos serviços	(3.740)	(1.622)	(2.118)	131%
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(2.105)	(2.157)	52	-2%
<b>= Despesa Operacional</b>	<b>(337.715)</b>	<b>(228.728)</b>	<b>(108.987)</b>	<b>48%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>60.920</b>	<b>150.892</b>	<b>(89.972)</b>	<b>-60%</b>
(-) Depreciação	(98)	(7)	(91)	1.300%
(-) Resultado Financeiro	(70.953)	(13.874)	(57.079)	411%
(-) IR/CS	3.443	(46.584)	50.027	-107%
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>(6.688)</b>	<b>90.427</b>	<b>(97.115)</b>	<b>-107%</b>

A Margem Bruta da Companhia no ano alcançou R\$ 398.635 mil, +5% vs. 2021 e -R\$ 337.715 mil, 48% vs. 2021, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior, explicada pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 60.920 mil, redução de 60%, em relação ao ano de 2021. O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 70.953 mil em 2022 (411% vs. 2021), devido principalmente a contratação de novos financiamentos em 2022 e à despesa com encargos financeiros, impactada pela variação do IPCA em relação ao ano anterior. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou prejuízo no ano de 2022 de R\$ 6.688 mil, uma redução de -107% em relação ao ano anterior.

### 7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. **Perfil da Dívida:** Em dezembro de 2022, a dívida bruta da Companhia, incluindo debêntures e encargos, foi de R\$ 674.188 mil (dívida líquida R\$ 409.074 mil). Em relação a segregação do saldo devedor, a Companhia possui 100% da dívida contabilizada no curto prazo.

### DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Lagoa dos Patos, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Lagoa dos Patos e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Lagoa dos Patos. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Lagoa dos Patos sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	292.656	29.817
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	2.734	701
Outros tributos a recuperar		151	135
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	85.692	48.532
Adiantamento a fornecedores	9	57.270	47.016
Estoques	10	26.437	26.437
Outros ativos		1.307	293
<b>Total do circulante</b>		<b>466.247</b>	<b>152.931</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos sobre o lucro a recuperar		6	-
Depósitos judiciais	13.1.c	19.749	15.572
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	1.238.506	836.399
Outros ativos		3	3

NEOENERGIA LAGOA DOS PATOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.439.014/0001-25 | Companhia Fechada  
Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 14 de fevereiro de 2023. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a, 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9	Concessão do serviço público (ativo contratual)
13	Provisão para processos judiciais
17.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2022	2021
Construção de infraestrutura da concessão	318.795	356.904
Remuneração do ativo contratual	120.472	61.410
Receita operacional bruta	439.267	418.314
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(40.632)	(38.694)
Receita operacional líquida	398.635	379.620

**3.1 Deduções de receita bruta**

	2022	2021
Tributos gerais		
PIS e COFINS – diferidos	(40.632)	(38.694)
Total	(40.632)	(38.694)

3.2. **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (veja a nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a.e 11,5%a.a..

**4. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO**

	2022	2021
Pessoal e benefícios a empregados	(12.766)	(10.333)
Material	(89.351)	(120.745)
Serviços de terceiros	(223.603)	(85.012)
Outros	(6.150)	(8.859)
Total	(331.870)	(224.949)

**5. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	2022	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregos	(2.684)	(2.133)	(4.817)
Serviços de terceiros	(780)	464	(316)
Depreciação e amortização	(81)	(17)	(98)
Impostos, taxas e contribuições	(22)	(10)	(32)
Outros	(254)	(426)	(680)
Total	(3.821)	(2.122)	(5.943)

  

	2021	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregos	(1.601)	(1.858)	(3.459)
Serviços de terceiros	-	(120)	(120)
Depreciação e amortização	-	(7)	(7)
Impostos, taxas e contribuições	-	(1)	(1)
Outros	(21)	(178)	(199)
Total	(1.622)	(2.164)	(3.786)

**6. RESULTADO FINANCEIRO**

	2022	2021
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	13.185	2.399
PIS e COFINS sobre receita financeira	(646)	(117)
Atualização de depósitos judiciais	537	100
Outras receitas financeiras	115	9
Total	13.191	2.391

	2022	2021
Despesa financeira		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(30.390)	(6.355)
Encargos sobre mútuo	(19.379)	(9.612)
Outras despesas financeiras	(189)	(23)
Total	(49.958)	(15.990)

	2022	2021
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado- Dívida	(6.382)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(27.416)	-
Perdas com variações cambiais e monetárias	(388)	(275)
Total	(34.186)	(275)
(70.953)	(13.874)	

Resultado financeiro, líquido  
(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA) e apropriação dos custos de captação.

**7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS**

7.1. **Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. 7.1.1. **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
(Prejuízo) Lucro antes dos tributos sobre o lucro	(10.130)	137.011
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação 34%	3.443	(46.584)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Tributos sobre o lucro	3.443	(46.584)
Alíquota efetiva	34%	34%
Diferido	3.443	(46.584)
7.1.2. Tributos diferidos:		
	2022	2021
Ativo		
Provisão para participação nos lucros e resultados	424	55
Prejuízo fiscal e base negativa	32.052	5.910
Outros	395	720
Total diferenças temporárias - ativo	32.871	6.685
Passivo		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(112.972)	(90.272)
Total diferenças temporárias - passivo	(112.972)	(90.272)
Tributos sobre o lucro diferidos passivos, líquidos	(80.101)	(83.587)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(83.587)	(37.003)
Efeitos reconhecidos no resultado	3.443	(46.584)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	43	-
Saldo final do exercício	(80.101)	(83.587)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2022	2021
Ativo fiscal diferido	1.731	31.140
7.1.3. Tributos correntes ativos:		
Imposto de Renda – IR	2.740	687
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	14
Ativo	2.740	701
Circulante	2.734	701
Não circulante	6	-

7.1.4. **Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente executível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. 7.2. **Outros tributos a recolher:**

	2022	2021
Programa de Integração Social – PIS (1)	21.860	14.601
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social – COFINS (1)	100.705	67.257
Outros	17.301	7.806
Total outros tributos a recolher	139.866	89.664
Passivo circulante	10.118	7.808
Passivo não circulante	129.748	81.856

(1) Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

**8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	103	12
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	43.796	-
Fundos de investimento	248.757	29.805
Total	292.656	29.817

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 e de 100,3% do CDI (99,3% em 31 de dezembro de 2021). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2022	2021
Carteira		
Fundos exclusivos	292.553	29.805
Operações compromissadas	292.553	29.805

**9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)**

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida a Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Saldo do ativo contratual	1.324.198	884.931
Circulante	85.692	48.532
Não circulante	1.238.506	836.399

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	884.931	466.617
Construção de infraestrutura da concessão	318.795	356.904
Remuneração do ativo contratual	120.472	61.410
Saldo final do exercício	1.324.198	884.931

Durante o exercício de 2022 a Companhia efetuou adiantamentos a fornecedores no montante de R\$57.270 (R\$47.016 em 31 de dezembro de 2021), que serão utilizados na construção das linhas de transmissão. 9.1. **Política contábil:** O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

**10. ESTOQUES**

Por natureza, os estoques da Companhia estão compostos da seguinte forma:

	2022	2021
Máquinas e equipamentos	26.437	26.437
Total	26.437	26.437
Circulante	26.437	26.437

10.1. **Política contábil:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método de custo médio.

**11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS**

	2022	2021
Materiais e serviços	49.937	82.632
Total	49.937	82.632

**12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS**

12.1. **Dívida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos bancários	674.188	160.402
Empréstimos e financiamentos (+) Instrumentos financeiros derivativos (-)	674.188	160.402
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	27.542	-
Dívida líquida	(292.656)	(29.817)
Dívida líquida	409.074	130.585

12.2. **Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, liquidando dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado. a) **Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros**

	2022	2021
Denominados em R\$		
Indexados a taxas flutuantes	-	160.402
Denominados em US\$	364.561	-
Indexados a taxas fixas	364.561	-
Denominados em outras moedas	309.627	-
Indexados a taxas fixas	309.627	-
Total	674.188	160.402

Circulante  
b) **Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações:**

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	160.402	-
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	780.000	155.000
Amortização de principal	(275.000)	-
Pagamento de encargo de dívida	(23.768)	-
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	26.172	5.402
Variação cambial	6.382	-
Saldo final do exercício	674.188	160.402

c) **Fluxo de pagamento futuros de dívida:** A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos (1)	Total
2023	708.896	18.872	28.449	756.217
Total	708.896	18.872	28.449	756.217</

NEOENERGIA LAGOA DOS PATOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.439.014/0001-25 | Companhia Fechada  
Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos e (ii) mútuos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

16.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Compartilhamento de pessoal (a)	24	28
	<u>24</u>	<u>28</u>
<b>Passivo</b>		
Fornecedores e contas a pagar	1.697	570
Contas a pagar de mútuo (b)	-	174.612
Compartilhamento de pessoal (a)	321	119
	<u>2.018</u>	<u>175.301</u>

16.2. Transações com partes relacionadas:

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Despesas gerais e administrativas (a)	(1.333)	(1.150)
Resultado financeiro, líquido (b)	(19.379)	(9.612)
	<u>(20.712)</u>	<u>(10.762)</u>

16.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia. (b) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia S.A. liquidado em agosto de 2022.

Item relacionado (b)	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Venci-mento Prazo	Ativo/Passivo (vo)	Resultado do exercício
(b)	Neoenergia	Mútuo	CDI	2 anos	2022	(19.379)

16.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021	
	CA	VJORA	VJR	CA
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	43.899	-	248.757	12
Outros ativos financeiros	24	-	-	28
	<u>43.923</u>	<u>-</u>	<u>248.757</u>	<u>40</u>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	49.937	-	-	82.632
Empréstimos e financiamentos	674.188	-	-	160.402
Instrumentos financeiros derivativos	-	27.542	-	-
Outros passivos financeiros	21.627	-	-	188.391
	<u>745.752</u>	<u>27.542</u>	<u>-</u>	<u>431.425</u>

CA – Custo amortizado, VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, VJR – Valor justo por meio do resultado. 17.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impac-

to caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.8 – análise de sensibilidade. 17.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2022	2021
	Nível 2	Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	248.757	29.805
	<u>248.757</u>	<u>29.805</u>
<b>Passivos financeiros</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	27.542	-
	<u>27.542</u>	<u>-</u>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. 17.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”): Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo Estimativa de contábil justo (nível 2)	Saldo Estimativa de contábil justo (nível 2)	Saldo Estimativa de contábil justo (nível 2)	Saldo Estimativa de contábil justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	674.188	618.035	160.402	162.131

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). 17.5. Política contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. • Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. 17.6. Métodos e técnicas de avaliação: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. 1.7.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são swaps. Todas as operações de derivativos dos programas de hedge da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição

ativa em US\$ atrelado a taxas fixas. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados a fluxo de caixa:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	2022		Valor justo
	referência	Vencimento (Ano)	
Ativo	US\$ 70.112	2023	316.260
Passivo	R\$ 388.747		(312.559)
			<u>3.701</u>

Risco de crédito líquido

17.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cota-ção	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
				(Saldo/ Nocional)			
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(364.561)	(376.098)	(56.415)	(112.829)
Swap Ponta Ativa em Dólar				368.011	379.656	56.948	113.897
<b>Exposição Líquida</b>				<u>3.450</u>	<u>3.558</u>	<u>533</u>	<u>1.068</u>

Operação	Moeda	Risco	Cota-ção	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
				(Saldo/ Nocional)			
Dívida em Iene	Iene (JPY)	Alta do Iene	0,0396	(309.627)	(320.499)	(48.075)	(96.149)
Swap Ponta Ativa em Iene				311.273	322.203	48.330	96.660
<b>Exposição Líquida</b>				<u>1.646</u>	<u>1.704</u>	<u>255</u>	<u>511</u>

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
			no Exer-cício (Saldo/ Nocional)			
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	292.553	38.911	(5.837)
<b>Passivos financeiros</b>						
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	IPCA	Alta do IPCA	13,65%	(706.827)	(104.924)	(15.739)

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
			no Exer-cício (Saldo/ Nocional)			
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	292.553	38.911	(5.837)
<b>Passivos financeiros</b>						
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	IPCA	Alta do IPCA	13,65%	(706.827)	(104.924)	(15.739)

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
			no Exer-cício (Saldo/ Nocional)			
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	292.553	38.911	(5.837)
<b>Passivos financeiros</b>						
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	IPCA	Alta do IPCA	13,65%	(706.827)	(104.924)	(15.739)

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Início da operação comercial: Em 8 de fevereiro de 2023, a Companhia solicitou as aprovações necessárias do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para início de sua operação comercial, passando a receber RAP a partir desta data.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor	Luciana Maximino Maia Diretora
-----------------------------------	-----------------------------------

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo  
RC-SP-338760/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.** **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 17 de fevereiro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2023.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos Contador CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 16/02/2023 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/16/LAGOADOSPATOS1567776416022023.pdf Hash:167650464910ae25027bc54627820a6af415782863